



INOVAINFO: RELATÓRIO TÉCNICO META 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Hamilton Mourão
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Marcos Cesar Pontes
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecília Leite Oliveira
Diretora

Reginaldo de Araújo Silva
Coordenação de Administração - COADM

Gustavo Saldanha
Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação - COEPPE

José Luis dos Santos Nascimento
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

Anderson Itaborahy
Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos - CGNP

Bianca Amaro de Melo
Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados - CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

Alexandre Faria de Oliveira
Coordenador de Governança em Tecnologias para Informação e Comunicação - COTIC



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

INOVAINFO: RELATÓRIO TÉCNICO META 2

Brasília
2022

© 2020 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Cecília Leite Oliveira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI)

Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador do Projeto

Alexandre Faria de Oliveira

Autores

Alexandre Faria de Oliveira

Adriano Pellizzaro da Motta

André Daniel Fernandes Causanilhas

Carolina Toriani Dias

Daniel Rodrigues Monteiro

Deivdy William Silva

Douglas André Muller

Elias Suaiden Neto

Fabiano Couto Correa da Silva

José Antonio Euzébio Paiva

Luiz Henrique Longhi Rossi

Marcello Mundim Rodrigues

Nayara Silva de Oliveira

Renata Monteiro Rodrigues

Rondineli Gama Saad

Sonia Araújo de Assis Boeres

Formatação

Marilete da Silva Pereira

Este Relatório Técnico é um produto do projeto Inovainfo: pesquisa informacional para apoio à Política Nacional de Inovação e ao Marco Legal de Inovação

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



Setor de Autarquias Sul Quadra 05 Lote 06, Bloco H - 5º andar
Cep:70.070-912 - Brasília, DF
Telefones: 55 (61) 3217-6360/55 / (61)3217-6350
www.ibict.br

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OBJETIVOS.....	7
2.1 OBJETIVO GERAL.....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
3 RESULTADOS	8
3.1 META 2: Desenvolvimentos e Implementação da Plataforma Política Nacional de Inovação	8
3.1.1 Arquitetura de Informação aplicável ao sistema de informação	8
3.1.2 Estrutura de organização visual para Arquitetura da Informação	11
3.1.3 Portal Informacional	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	19

1 INTRODUÇÃO

A instituição da Política Nacional de Inovação e todos os aspectos que a circundam representa um avanço importante para a sociedade brasileira nas discussões relacionadas à temática da inovação. Diante disso, faz-se necessário que as informações produzidas nesse contexto possam ser divulgadas, tornando-se acessíveis a um público mais amplo, de modo que o fomento ao diálogo sobre inovação entre os cidadãos e os órgãos governamentais envolvidos com a Política Nacional mencionada seja incrementado.

A Política Nacional de Inovação, estabelecida pelo Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, trouxe como novidade para o cenário nacional de inovação a introdução de um novo modelo de governança para as políticas públicas conectadas ao tema. Trata-se de um amplo processo de estruturação das diversas ações concernentes à inovação dentro do Governo Federal, buscando ampliar sinergias e trazer coesão à atuação do Estado. Em especial, trata-se de reconhecer que o tema de inovação é por sua natureza transversal, e que, portanto, perpassa vários ministérios e órgãos públicos.

A supracitada Política foi desenvolvida no intuito de ser a base para a organização das atividades do Estado diretamente ligadas ao apoio à inovação. Assim sendo, vale ressaltar a importância da definição de uma proposta de estrutura informacional aplicável a um portal para disseminação das informações sobre a Política Nacional de Inovação.

Dessa maneira, o presente relatório técnico tem por objetivo apresentar as atividades realizadas durante a execução da meta 2 do projeto *Inovainfo: pesquisa informacional para apoio à Política Nacional de Inovação e ao Marco Legal de Inovação*, abarcando, além da introdução, os objetivos, os resultados e as considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Promover a inovação no Brasil por meio da sistematização de informações relacionadas à Política Nacional de Inovação e ao Marco Legal de Inovação.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos indicados refletem, exclusivamente, a Meta 2 do projeto.

1. Propor Arquitetura de Informação aplicável ao sistema de informação
2. Propor estrutura de organização visual para Arquitetura da Informação
3. Sistematizar metodologia proposta
4. Provar metodologia proposta por meio da construção de um portal informacional

3 RESULTADOS

3.1 META 2: Desenvolvimentos e Implementação da Plataforma Política Nacional de Inovação

A amplitude proposta para o projeto requer uma série de recursos metodológicos. A proposta ora apresentada se baseia na participação ativa dos membros de ambas equipes, tanto do IBICT quanto do MCTI em modelos capazes de darem respostas rápidas, como o *Design Thinking*, *Lean Inception* dentre outros. Acredita-se, assim, que as demandas existentes poderão ser contempladas em etapas ao mesmo tempo que os diversos aspectos conceituais são compreendidos. No que tange à aplicação do modelo a ser provado, propõe-se o método de trabalho representado pela sigla PAR (figura 1), o qual se baseia em três etapas principais do processo de desenvolvimento de uma plataforma de acesso. Tais etapas são: Prototipação, Avaliação e Refinamento.

A primeira envolve a proposição dos elementos informacionais e as tecnologias envolvidas na elaboração do portal por meio de um protótipo. A etapa posterior diz respeito à análise do protótipo por meio de testes que visam validar as estruturas informacionais, as funcionalidades e conteúdos propostos com objetivo de construir um diagnóstico. Na terceira etapa, são realizados os ajustes identificados na fase anterior, necessários para o refinamento do protótipo. A metodologia proposta se baseia em um processo iterativo de trabalho, no qual o produto em desenvolvimento passa por avaliações e ajustes até que seja validado em sua versão final.

Figura 1: Etapas do Método PAR



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

3.1.1 Arquitetura de Informação aplicável ao sistema de informação

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a quantidade de conteúdo digital disponibilizado na *web* aumentou como nunca imaginado, surge então a chamada explosão informacional. Cada vez mais as pessoas participam na criação, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo, o que se intensificou com a evolução da internet, o desenvolvimento das redes sociais, os avanços das tecnologias móveis, tais quais aplicativos para a interação de usuários, entre outros.

Por esse motivo, fica clara a necessidade da melhoria dos sistemas de informação no que diz respeito a sua estrutura informacional. É importante trabalhar em projetos de arquitetura da informação que promovam a criação de ambientes informacionais focados em melhorar a experiência dos usuários finais.

Tendo em vista a enorme explosão de conteúdos digitais e a grande variedade de enfoques sobre a abrangência da Arquitetura da Informação, faz-se necessária a análise de algumas das teorias que se apresentam como esclarecedoras no que se refere aos diferentes caminhos abordados na construção prática desse campo. Diversos autores destacam em suas publicações a necessidade de projetos de Arquitetura da Informação que acompanhem a evolução e variedade de mídias, as quais se desenvolvem a um ritmo acelerado, com o propósito de criar ambientes de informação agradáveis, usáveis, simples e valiosos (ALVAREZ, 2016).

Diante da necessidade de organizar toda essa confusão informacional que existe na *web* atualmente, muitos autores acreditam que a possibilidade de diminuir esse problema vem da arquitetura da informação, cujo objetivo é a organização e estruturação das informações disponibilizadas nos *websites*.

Seu surgimento é atribuído na literatura científica ao pesquisador Richard Saul Wurman que em 1975, junto com Joel Katz, publicou o artigo titulado “*Beyond Graphics: the architecture of information*”. No entanto, León apresenta estudos que demonstram como desde anos anteriores o termo “arquitetura” vinha sendo utilizado nos contextos tecnológicos, principalmente naqueles ligados à área computacional. No seu trabalho, ele aponta que o termo “arquitetura” começou a ser utilizado no contexto computacional no ano de 1959 por Lyle R. Jonson e Frederick P. Brook, ambos pesquisadores dos laboratórios da International Business Machines (IBM). Ano mais tarde, o termo aparece no capítulo dois do livro “*Planning a Computer System: Project Stretch*”, onde Brook descreve a arquitetura dos computadores como a arte de determinar as necessidades dos usuários nas organizações com o intuito de poder satisfazê-las o mais eficientemente possível. Ainda em sua revisão, León destaca o uso do termo

no contexto tecnológico pelo Grupo de Arquitetura de Máquinas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), fundado em 1967 por Nicholas Negroponte.

Na literatura, existem várias definições para o termo Arquitetura da Informação. Entre os autores mais destacados podemos mencionar Cook (1996), Wurman (1996), Nielsen (1998), Rosenfeld e Morville (1998, 2006) e Kahn e Lenk (2001). Estes últimos afirmam que o termo se refere a:

- Desenho estrutural de um espaço de informação para facilitar as tarefas de acabado e acesso intuitivo aos conteúdos,
- Combinação da organização, etiquetado e os esquemas de navegação no interior de um sistema de informação
- A arte e a ciência de estruturar e classificar websites e intranets para ajudar aos usuários no processo de encontrar e gerenciar a sua informação.
- Disciplina emergente e uma comunidade prática focada em trazer os princípios do desenho e a arquitetura aos espaços digitais.

Já a pesquisadora Macedo (2005, p. 132), partindo de uma perspectiva sistêmica, define Arquitetura da Informação como “[..] uma metodologia de ‘desenho’ que se aplica a qualquer ambiente informacional compreendido como um espaço localizado em um contexto; constituído por conteúdos em fluxo; que serve a uma comunidade de usuários”.

Wurman, o criador do termo Arquitetura da Informação, a define como “arte e ciência de estruturar e organizar sistemas de informações para auxiliar as pessoas a alcançarem seus objetivos”.

Hagerdon aponta que Arquitetura da Informação é “a arte e ciência da organização da informação para a satisfação de necessidade de informação, que envolve os processos de investigação, análise, desenho e implementação”.

Samantha Bayle, identificou três classes de definições para a Arquitetura da Informação:

- 1) Arquitetura de Conteúdos – as relacionadas à organização de conteúdos da informação;
- 2) *Design* Interativo – a modelagem das interfaces de acesso à informação;
- 3) *Design* da Informação – o projeto de um modelo de representação da realidade.

Albuquerque, Siqueira e Lima-Marques analisando a natureza da Arquitetura da Informação, apresentam uma elaboração para a expressão como sendo referência para três ideias distintas:

- a) **Uma Disciplina** – quando o termo “Arquitetura da Informação” refere-se a um esforço sistemático de identificação de padrões e criação de metodologias para a definição de espaços da informação, cujo propósito é a representação e manipulação de informações; bem como a criação de relacionamentos entre entidades linguísticas para a definição desses espaços da informação.
- b) **O Produto da Disciplina** – quando o termo “Arquitetura da Informação” refere-se ao resultado obtido através do esforço sistemático mencionado.
- c) **Um Objeto de Estudo da Disciplina** – quando o termo “Arquitetura da Informação” referencia um objeto caracterizado como um espaço de conceitos interrelacionados de modo a oferecer instrumentos para a representação e manipulação da informação em determinados domínios.

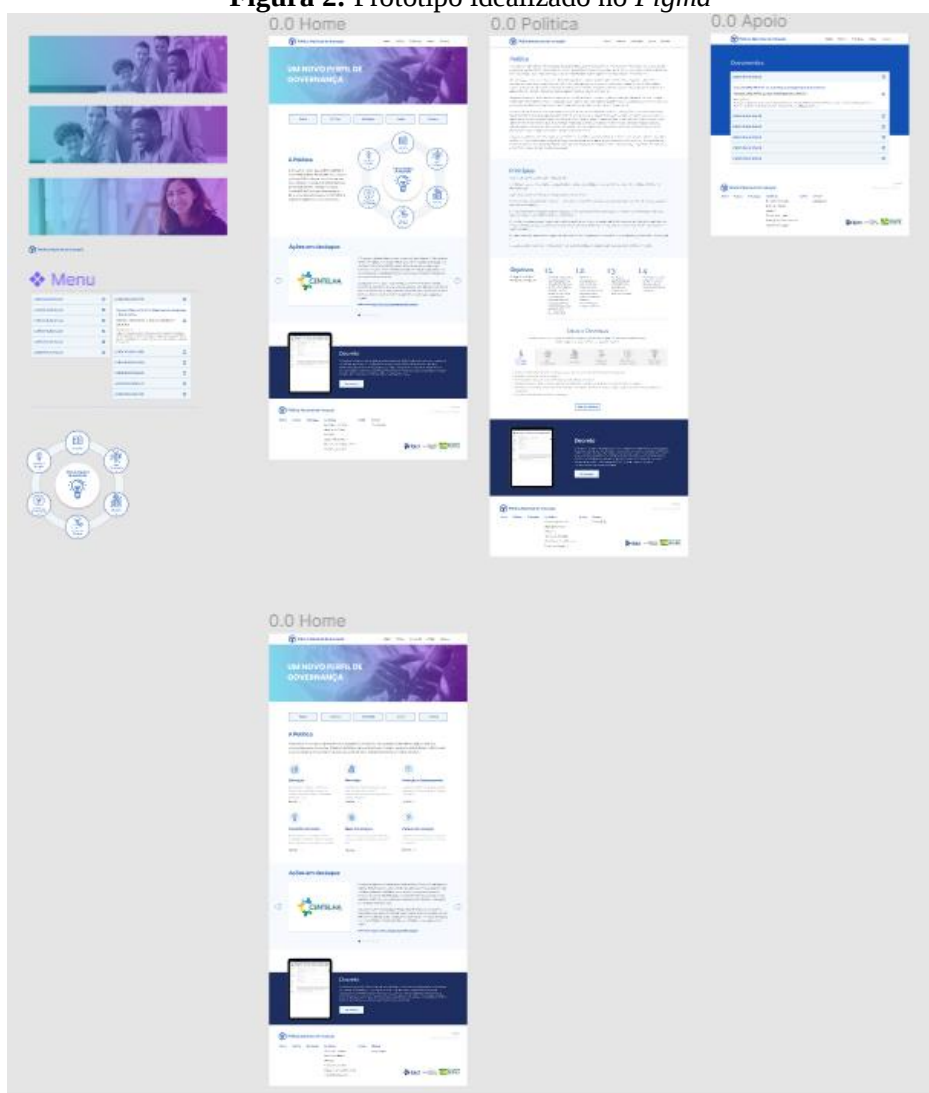
Diante do exposto, percebe-se que a Arquitetura da Informação não detém um conceito exclusivo, mas que a mesma pode ser definida pela correlação dos conceitos existentes.

3.1.2 Estrutura de organização visual para Arquitetura da Informação

Dentre os autores que atuam na temática, destaca-se Straioto, que considera que a Arquitetura da Informação se refere ao desenho das informações: como textos, imagens e sons são apresentados na tela do computador, a classificação dessas informações em agrupamentos de acordo com os objetivos dos *sites* e das necessidades dos usuários, bem como a construção de estrutura de navegação e de busca de informações, isto é, os caminhos que o usuário poderá percorrer para chegar até a informação desejada.

Isto posto, para a idealização da estrutura de organização visual para a Arquitetura da Informação, no contexto do projeto, na etapa de prototipação do portal (figura 2), foi utilizado o *Figma* enquanto ferramenta de *design online* focada no trabalho colaborativo que permite a criação de interfaces e protótipos.

Figura 2: Protótipo idealizado no *Figma*¹



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O protótipo exibido na imagem acima resulta no portal informacional consolidado.

3.1.3 Portal Informacional

O portal da Política Nacional de Inovação² é um *site* que objetiva apresentar os elementos da Política, bem como da Estratégia e seus planos de Ação, dando total transparência à ação governamental e possibilitando que o cidadão não apenas esteja a par das iniciativas governamentais sobre o tema, mas possa também, de forma válida, questionar a atuação do Estado e sugerir melhorias. A figura 3 apresenta a interface inicial do *site*.

¹ Disponível em: [https://www.figma.com/file/rVL9RFvBul2fTtvvzsmjDq/Pol%C3%ADtica-e-Estrat%C3%A9gia-Nacional-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-\(Ajustes\)?node-id=1%3A70](https://www.figma.com/file/rVL9RFvBul2fTtvvzsmjDq/Pol%C3%ADtica-e-Estrat%C3%A9gia-Nacional-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-(Ajustes)?node-id=1%3A70).

² Disponível em: <https://inovacao.mcti.gov.br/>.

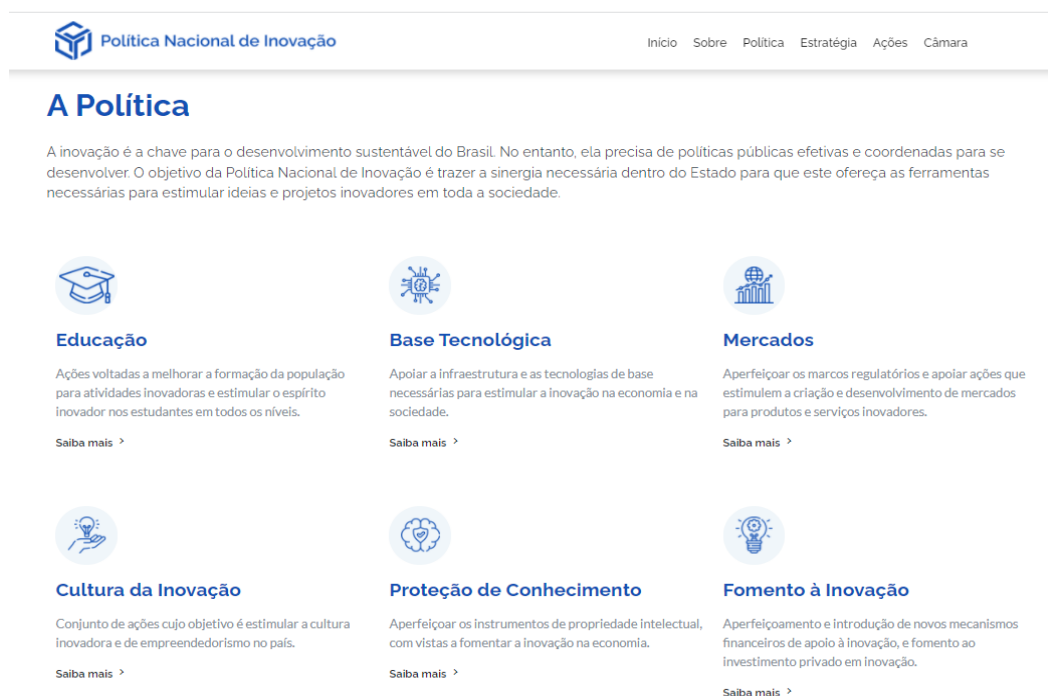
Figura 3: Página inicial do Portal



Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

A figura 4, ainda da página inicial da plataforma, mostra brevemente o objetivo geral da Política Nacional de Inovação e as vertentes nas quais ela atua.

Figura 4: Página inicial do Portal



Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Já a figura 5 expõe informações a respeito da Política Nacional de Inovação.

Figura 5: Sobre a Política Nacional de Inovação

Sobre

Há um consenso cada vez maior na sociedade, tanto no Brasil como em outros países, quanto à importância da inovação para o desenvolvimento econômico e social. O exemplo recente da pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov-2 – e o desenvolvimento em tempo recorde de vacinas altamente eficazes para sua contenção – mostra a importância de um ecossistema de inovação capaz de responder prontamente às necessidades da sociedade. No entanto, o Brasil ainda não conseguiu, apesar de vários casos de sucesso, estabelecer uma posição de destaque no cenário mundial como potência inovadora – ocupando apenas a posição 62 entre 129 nações no Global Innovation Index (GII).

De forma a mudar o paradigma de enfrentamento a esse desafio, a Política Nacional de Inovação, estabelecida pelo Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, trouxe como grande novidade para o ecossistema nacional de inovação a introdução de um novo modelo de governança para as políticas públicas relacionadas ao tema. Trata-se de um amplo processo de estruturação das diversas ações relacionadas à inovação dentro do Governo Federal, buscando ampliar sinergias e trazer mais coesão à atuação do Estado. Em especial, trata-se de reconhecer que o tema de inovação é por sua natureza transversal, e que, portanto, perpassa vários ministérios e órgãos públicos.

Este site pretende apresentar os elementos da Política, bem como da Estratégia e dos seus planos de Ação, dando total transparência à ação governamental e permitindo que o cidadão não apenas conheça as iniciativas governamentais sobre o tema, mas também possa, de forma fundamentada, questionar a atuação do Estado e sugerir melhorias.

Fonte: *Site da Política Nacional de Inovação* (2022).

A figura 6, por sua vez, demonstra em seu texto a motivação da criação da Política Nacional de Inovação.

Figura 6: Política

Política

A Política Nacional de Inovação foi construída para ser a base para a organização das atividades do Estado relacionadas ao apoio à inovação. Reconhece-se o caráter universal do tema, e a importância do estabelecimento de uma rede que envolva diversos atores dentro do governo que, atuando em articulação com a academia e com a iniciativa privada, busque uma construção de consensos no sentido de políticas públicas mais efetivas.

A Política foi formalizada por meio do [Decreto nº 10.534](#), de 28 de outubro de 2020.

Fonte: *Site da Política Nacional de Inovação* (2022).

Além disso, nessa mesma página são listados os princípios da Política Nacional de Inovação (figura 7).

Figura 7: Princípios da Política

Princípios

Os princípios da Política Nacional de Inovação são:

- I – integração, cooperação e intercomunicação entre os órgãos e entidades públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para:
 - a) garantir o estabelecimento de prioridades coerentes e similares; e
 - b) fornecer resposta transparente, eficiente, eficaz e efetiva à sociedade, com base na análise dos interesses e das expectativas daqueles abrangidos pela política;
- II – transversalidade na implementação dos programas e das ações de fomento à inovação entre os órgãos e as entidades públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III – confiança nas equipes dos órgãos e das entidades públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tratam do tema de inovação, para que tenham autonomia para implementar os programas e as ações de fomento à inovação em suas respectivas áreas de atuação;
- IV – observância das desigualdades regionais e da sustentabilidade ambiental na formulação e na implementação de políticas de inovação; e
- V – apoio ao gestor público com vistas a evitar a sua responsabilização em situações em que há risco tecnológico envolvido

Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Ainda nessa página são apresentados os Objetivos e os Eixos e Diretrizes da Política Nacional de Inovação (figuras 8 e 9).

Figura 8: Objetivos da Política

OBJETIVOS	1.	2.	3.	4.
Os objetivos da Política Nacional de Inovação são:	Estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de empresas, de ICT e de entidades privadas sem fins lucrativos, com vistas ao aumento da produtividade e da competitividade da economia, da geração de riqueza e do bem-estar social	Promover a coordenação e o alinhamento dos instrumentos de políticas públicas, dos programas e das ações relacionados, direta ou indiretamente, ao fomento à inovação	Fomentar a transformação de conhecimento em produtos, em processos e em serviços inovadores	Desenvolver o capital humano necessário para aumentar os níveis de inovação na economia.

Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Figura 9: Eixos e Diretrizes da Política

Eixos e Diretrizes

As atividades de inovação foram classificadas dentro de seis eixos, conforme apresentados abaixo. Para cada eixo foram definidas diretrizes estratégicas, que buscam orientar a construção da Estratégia e dos Planos de Ação, identificando os principais desafios a serem enfrentados.



Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Partindo dos Eixos e Diretrizes, surge a estratégia Nacional de Inovação, exibida na figura 10.

Figura 10: Estratégia Nacional de Inovação

Estratégia

A Estratégia Nacional de Inovação parte dos eixos e diretrizes de atuação definidos na Política Nacional de Inovação, e prevê os desafios a serem enfrentados pelo Brasil nas temáticas apresentadas. Ela é composta de objetivos, metas e, principalmente, iniciativas – responsáveis por fazer o vínculo entre as diretrizes da política e as ações dos planos.



Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

As Ações representam de fato a Política sendo implementada, está representada na figura 11.

Figura 11: Ações da Política

Ações

As ações representam de fato a política sendo implementada na ponta. Assim, no contexto da elaboração dos planos de ação são levantadas várias informações, que servem não apenas para a gestão interna, mas também para dar transparência e visibilidade à atuação do Estado.

Nesta página é possível pesquisar as ações dos Planos de Ação vinculados à Estratégia usando-se de diferentes critérios.

	Todos		Educação		Base Tecnológica		Mercados		Cultura da Inovação		Fomento à Inovação
Tipo	Responsável	Classificação	Fonte de recursos	APLICAR	LIMPAR						

Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Por fim, a figura 12 ilustra a Câmara de inovação enquanto instrumento de governança da Política Nacional de Inovação.

Figura 12: Câmara de Inovação

Câmara

A Câmara de Inovação é o instrumento de governança da Política Nacional de Inovação, criado para unir em um só fórum os principais ministérios que trabalham com políticas de inovação. Além disso, a Câmara facilita a interação com a sociedade civil, por meio de um Conselho Consultivo (em fase de implantação).

Composição

A Câmara de Inovação é presidida pela Casa Civil, com a Secretaria Executiva do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, e a participação de mais nove ministérios. Conheça os membros da Câmara no link abaixo.

[Veja a Composição](#)

Atas

A Câmara, conforme previsto no Decreto, se reúne de forma ordinária semestralmente, e extraordinariamente a pedido.

Veja no link abaixo a ata das reuniões já realizadas.

[Ver Atas](#)

Agenda

A próxima reunião ordinária da Câmara está prevista para novembro de 2021.

Atos normativos

Atos normativos relacionados à Câmara de Inovação, em especial as resoluções por ela aprovadas.

Fonte: Site da Política Nacional de Inovação (2022).

Nota-se que a implementação do portal alcançou o objetivo de disseminar as informações relacionadas a da Política Nacional de Inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política Nacional de Inovação configura um avanço de grande relevância para a sociedade brasileira no âmbito da inovação, o que resulta na necessidade de disseminar as informações produzidas nesse cenário a fim de estreitar os laços entre os cidadãos e os órgãos governamentais responsáveis por essa Política.

Para tanto, a fim de cumprir os objetivos propostos, partiu-se de uma metodologia direcionada pelo método PAR, composto pelas etapas de prototipação, avaliação e refinamento. Na etapa da prototipação foi utilizado o *Figma* enquanto ferramenta para auxiliar na estrutura da organização visual de Arquitetura da informação, que por sua vez, a grosso modo, se refere ao desenho das informações. Após trilhar esse caminho, exibiu-se o portal informacional consolidado, abarcando as temáticas que envolvem a Política Nacional de Inovação.

Concluiu-se que as inovações são indicadas em várias iniciativas e projetos para melhoria do arcabouço teórico e prático na estrutura informacional brasileira. Tal inovação é estimulada pelos avanços propiciados na arquitetura para disseminação de informações tornando-se uma característica do processo de pesquisa convencional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. R. R. de; SIQUEIRA, A. H. de; LIMA-MARQUES, M. Sobre arquitetura da informação e sua aplicabilidade: proposta de uma definição abrangente. Unpublished, 2007.

ALVAREZ, Edgar Bisset et al. Os sistemas de recomendação, arquitetura da informação e a encontrabilidade da informação. **Transinformação**, v. 28, p. 275-286, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/tinf/a/YsgLRc86K3WZfcbXPQHq7Vg/abstract/?lang=pt>.

BAYLE, S. Information architecture: a brief introduction. 2003. On line. Disponível em: <http://aifia.org/tools/download/Bailey-IAIntro.pdf>.

BROOK, F.P. Architectural Philosophy. In: Buchholz, W. et al. (Ed.). Computer system: Project stretch. NewYork: McGraw-Hill Book, 1962. p.5-16.

HAGERDON, K. The information Architecture Glossary. Março 2000. Disponível em: <http://argusacia.com/white>.

KAHN, P.; LENK, K. Website information architecture. Indianápolis: New Riders, 2001.

LACERDA, F. Arquitetura da Informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. 186 p. Dissertação (Tese de Mestrado) — UnB - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LEÓN, R.R. Arquitectura de información: análisis histórico conceptual. No Solo Usabilidad, n.7, 2008. Disponível em: http://nosolousabilidad.com/articulos/historia_arquitectura_informacion.htm#top_art.

MACEDO, F.L.O. Arquitetura da informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

STRAIOTO, F. A arquitetura da informação para a World Wide Web: um estudo exploratório. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

WURMAN, R. S. Information Architects. 2a. ed. Lakewood: Watson-Guptill Pubns, 1997. 240 p.